

7ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE “OVO PRODUTOS E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO LTDA”

LUCIANA MARTINS RODRIGUES, brasileira, solteira, maior, bacharel em comunicação, portadora da cédula de identidade RG nº 5.085.860-9 SSP/SP e inscrita sob o CPF sob o nº 157.594.478-23, residente e domiciliada na Rua Professor Tulio Ascareli, 87, Vila Madalena, São Paulo/SP, CEP 05449-020;

Única sócia da sociedade empresária limitada unipessoal denominada **OVO PRODUTOS E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO LTDA**, com sede social à Rua Martim Francisco, 462, Santa Cecília, São Paulo/SP, CEP 01226-002, com seu contrato social devidamente registrado na JUCESP sob o NIRE 3521264548-9 em sessão de 10/11/1994 e inscrita no CNPJ sob o nº 00.302.552/0001-54, resolve alterar o contrato social conforme as seguintes cláusulas e condições, e nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma:

1. Constituir uma filial na Rua Estados Unidos, 2104, Jardim América, São Paulo/SP, CEP 01427-002, que tem como atividade: (i) prestação de serviços em design, criação, decoração de interiores; e, (ii) produção de projetos editoriais.
2. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas deste contrato, conforme disposto abaixo na consolidação.

Em razão das deliberações acima, o Contrato Social passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“OVO PRODUTOS E COMÉRCIO DO MOBILIÁRIO LTDA”

Cláusula 1ª – Denominação, Sede e Duração

A sociedade empresária limitada unipessoal denomina-se OVO PRODUTOS E COMÉRCIO DO MOBILIÁRIO LTDA, com sede na Rua Martim Francisco, 462, Santa Cecília, São Paulo/SP, CEP 01226-002, com duração por prazo indeterminado, podendo, por deliberação dos sócios, abrir filiais, sucursais, depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional.

Parágrafo Único: A Sociedade possui filial na Rua Estados Unidos, 2104, Jardim América, São Paulo/SP, CEP 01427-002, que tem como atividade: (i) prestação de serviços em design, criação, decoração de interiores; e, (ii) produção de projetos editoriais.

Cláusula 2ª – Objeto Social

A sociedade tem por objeto social a comercialização e montagem de móveis, luminárias e objetos de mobiliário.

Cláusula 3ª – Capital Social

O capital social é no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, assim distribuída:

Nome	Quotas	Valor (R\$)	%
Luciana Martins Rodrigues	100.000	100.000,00	100,00
Total	100.000	100.000,00	100,00

Parágrafo Único – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas. Respondem, no entanto, todos os sócios, solidariamente, pela integralização do capital social.”

Cláusula 4ª – Administração

A gerencia e administração dos negócios sociais, será exercida pela sócia Luciana Martins Rodrigues com o título de Sócia Administradora, a qual, isoladamente, cabe todos poderes de gestão e representação, em juízo ou fora dele, exceto a prática dos atos que importarem na aquisição, alienação ou oneração de imóveis, bem como a nomeação de procuradores com poderes específicos e prazo de mandato determinado, que só terá validade se praticada pela totalidade da representação das quotas sociais, ficando absolutamente vedado, sendo nulo e inoperante em relação a sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos as atividades e interesses sociais, inclusive a prestação de avais, fianças e outros atos a favor. Os sócios administradores farão jus a uma remuneração, a título de pró-labore, estabelecida pelos sócios, respeitadas as limitações legais vigentes.

Cláusula 5ª – Reunião de quotistas

As reuniões de quotistas realizar-se-ão, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, mediante convocação feita por qualquer sócio ou pelos administradores.

Parágrafo Primeiro – As reuniões ordinárias terão por objeto as matérias abaixo elencadas:

- a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o inventário, o balanço patrimonial e o de resultado econômico e destinação dos lucros da sociedade;
- b) designar administradores, quando for o caso;
- c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Segundo – As reuniões extraordinárias terão por objeto quaisquer matérias de interesse social.

Parágrafo Terceiro – As reuniões tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

Parágrafo Quarto – As reuniões de quotistas serão realizadas preferencialmente na sede social ou em local a ser escolhido de comum acordo entre os sócios.

Parágrafo Quinto – As convocações serão realizadas mediante comunicação escrita, enviada aos quotistas, através de telegrama, ou fax, ou carta, com aviso de recebimento, e antecedência

mínima de oito dias, indicando o horário, local e a ordem do dia, exceto quando presentes à reunião os quotistas que representem 100% (cem por cento) do capital social, hipótese em que será dispensada a referida convocação.

Parágrafo Sexto – As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença dos titulares de, no mínimo $\frac{3}{4}$ do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Sétimo – A representação na reunião poderá ser feita por outro sócio ou por advogado, com poderes especiais.

Parágrafo Oitavo – A reunião será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.

Parágrafo Nono – Será lavrada ata em livro próprio, assinada pelo presidente e secretário, e, no mínimo, pelos sócios presentes cujo quórum de votação baste para validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la, devendo sua cópia, autenticada pelos administradores ou pela mesa, ser apresentada, nos 20 (vinte) dias subsequentes, para arquivamento junto ao Registro Público de Empresas Mercantis.

Parágrafo Décimo – A sociedade fornecerá, ao sócio que solicitar, cópia autenticada da ata.

Parágrafo Décimo-Primeiro – A prolação dos votos deverá buscar o interesse social, observando-se os preceitos que impedem os conflitos de interesses, bem como a manifestação abusiva de sócio em matéria que diretamente lhe diga respeito, como forma de atender a função social da empresa, bem como os princípios de boa-fé e de probidade.

Parágrafo Décimo-Segundo – As deliberações sociais serão sempre tomadas por unanimidade.

Cláusula 6ª – Exercício Social e Distribuição de Lucros ou Prejuízos

O exercício social será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, quando os Administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, e, após as deduções previstas em lei, o resultado será distribuído na proporção determinada pelos sócios quotistas.

Parágrafo Único – Os sócios poderão determinar a qualquer momento, o levantamento de balanços intermediários e promover eventual aumento de capital e distribuição de resultados, nos termos estabelecidos no caput desta cláusula. Poderão ser realizadas, a qualquer momento, distribuições e pagamentos de lucros acumulados ou a título de antecipação do lucro a ser apurado ao final do exercício social.

Cláusula 7ª – Cessão e Transferência de Quotas

Não poderá ser realizada cessão ou transferência de quotas sem que estas sejam antes oferecidas aos demais quotistas, que poderão exercer o direito de preferência em relação a elas. O quotista que desejar transferir suas quotas deverá oferecê-las aos outros quotistas, que terão direito preferencial de aquisição de tais quotas na proporção do capital que detém.

Parágrafo Primeiro – Em atendimento ao que consta no *caput* desta cláusula, o quotista que desejar alienar suas quotas enviará aos demais quotistas proposta de venda com o preço de venda, condições de pagamento e nome do terceiro interessado. Os demais sócios deverão, dentro de 30 (trinta) dias, pronunciar-se por escrito, perdendo o direito de preferência em relação a tais quotas se deixar de fazê-lo, caso em que o sócio retirante poderá ceder suas quotas ao terceiro nas condições da proposta não aceita pelos sócios.

Parágrafo Segundo – Além do direito de preferência na aquisição de quotas, os demais quotistas com direito a voto, poderão vetar a cessão das quotas a qualquer terceiro interessado, caso em que se poderão determinar que a própria sociedade adquira as quotas e as mantenha sob custódia em tesouraria para posterior destinação. O direito de veto ora estabelecido não obrigará a sociedade à aquisição da participação do quotista retirante, mas somente o impedirá de vender as quotas a qualquer terceiro de sua própria escolha, caso em que o sócio interessado em sua retirada deverá pleitear a dissolução parcial da sociedade, por via judicial.

Parágrafo Terceiro – A cessão de quotas a título oneroso com a dispensa do direito de preferência, entretanto, poderá ser feita por sócio a uma sociedade da qual dele faça parte como controlador e assim mantenha essa qualidade. Na hipótese de deixar aquele sócio a sua posição de controle, fica facultado aos sócios que integrem a presente sociedade no momento em que aquele evento ocorrer, exercer o direito de preferência para a aquisição das quotas pelo valor de mercado na ocasião.

Cláusula 8ª – Continuação da Sociedade

A sociedade não será dissolvida em caso de falência ou insolvência de qualquer de seus quotistas, mas continuará com os remanescentes, sendo o valor líquido das quotas e dos créditos do quotista falido, insolvente ou incapaz determinado segundo balancete a ser especialmente levantado para este fim, com base na situação patrimonial da sociedade, e pagos em 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente de acordo com o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas ou, na ausência ou impossibilidade de aplicação deste índice, com base em índices oficiais de correção monetária em vigor ou que melhor reflitam a taxa de inflação no momento.

Parágrafo Primeiro – A morte de qualquer quotista não acarretará liquidação da sociedade, que continuará com os herdeiros ou sucessores do quotista falecido. Caso tais herdeiros ou sucessores renunciem formalmente a qualquer interesse na sociedade ou se o quotista remanescente não desejar que tais herdeiros ou, sucessores passem a participar da empresa, os créditos do quotista falecido serão computados de acordo com o balancete especial a ser levantado para este fim, tal como determinado no *caput* desta cláusula, e pagos em 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente de acordo com o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas ou, na ausência ou impossibilidade de aplicação deste índice, com base em índices oficiais de correção monetária em vigor ou que melhor reflitam a taxa de inflação no momento, sendo devida a primeira prestação 30 (trinta) dias após a apresentação do referido balancete especial.

Parágrafo Segundo – Na hipótese prevista no parágrafo primeiro da presente cláusula a representação dos interesses do pré-morto frente a sociedade far-se-á por seu inventariante até a partilha.

Parágrafo Terceiro – A interdição ou declaração de ausência de qualquer sócio, não acarretará a respectiva exclusão da sociedade, passando a serem representados na forma da lei.

Cláusula 9ª – Exclusão de Quotista

Sem prejuízo do disposto no art. 1.030 do Código Civil, ocorrendo a omissão ou a prática de ato de inegável gravidade que tenha posto em risco a continuidade da empresa, proceder-se-á à exclusão, por justa causa, do sócio culpado, por deliberação da maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, em reunião especialmente convocada para tal fim, onde será facultado ao acusado o comparecimento e o exercício do direito de defesa pleno. Deliberada a exclusão, proceder-se-á à alteração do contrato social. Após tal alteração, o valor da cota do sócio excluído será apurado e pago dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da liquidação, que não deverá ultrapassar o prazo de 6 (seis) meses contados do arquivamento da alteração contratual retro mencionada. Ato contínuo caberá aos sócios deliberar sobre a redução do capital, se não suprirem o valor da cota objeto de pagamento ao excluído, seja de forma proporcional à participação no capital, ou não.

Cláusula 10ª – Dissolução e Liquidação da Sociedade

A sociedade se dissolverá, nos termos do artigo 1087 do Código Civil, nos casos previstos nos artigos 1033 e 1034 do Código Civil.

Parágrafo Único – Em caso de liquidação, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade. O liquidante pode ser destituído, a todo tempo: (i) se eleito pela forma prevista neste item, mediante deliberação dos sócios; (ii) em qualquer caso, por via judicial, a requerimento de um ou mais sócios, ocorrendo justa causa.

Cláusula 11ª – Disposições Gerais

Em caso de divergência, dúvida, controvérsia, reivindicação e disputa entre os sócios, que não puderem ser resolvidas em comum acordo dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, estas sujeitar-se-ão à solução por Juízo Arbitral, respeitadas as normas relativas aos árbitros, ao procedimento arbitral e à Sentença Arbitral de que trata a Lei 9307, de 23/09/96.

Parágrafo Primeiro – O sócio interessado na instalação, funcionamento e decisão do Juízo Arbitral, manifestará por escrito, aos demais, sua intenção de dar início à arbitragem, estabelecendo o seu objeto. À mesma convocação estabelecerá dia, hora e local para ser firmado o compromisso arbitral.

Cláusula 12ª – Lei Aplicável e Foro

A sociedade será regida por este contrato social, com observância do disposto na Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e, supletivamente, nas omissões, pela Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Parágrafo Primeiro – Os sócios elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir todas as questões decorrentes deste contrato e de sua execução que não possam ser resolvidas amigavelmente, desistindo de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

A administradora declara, sob a pena da lei, de que não está impedida de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024.

LUCIANA MARTINS RODRIGUES